



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



REDES GOVERNATIVAS: A ATUAÇÃO DA FAMÍLIA AZEREDO NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO (SÉC. XVI-XVII)

Wanderson Santos de Almeida¹

RESUMO: A proposta do nosso trabalho é fazer uma discussão acerca da participação da família Azeredo no governo da Capitania do Espírito Santo. Dentre os vários cargos políticos ocupados pelos membros dessa família está o de capitão-mor. Dessa forma, por diversas vezes os “Azeredo” estiveram à frente da capitania, uma vez que na ausência do donatário, a responsabilidade da governança recaía sobre o capitão-mor. A capitania do Espírito Santo será estudada dentro de uma perspectiva corporativa, pluricontinental e sinodal da monarquia portuguesa. Nossa análise partirá de pesquisas anteriores acerca da capitania do Espírito Santo, de estudos acerca de outras porções da América Lusitana e da análise das fontes.

Palavras-Chave: Capitania do Espírito Santo; monarquia portuguesa; redes governativas; família Azeredo.

ABSTRACT: The proposal of our work is to make a discussion about the participation of the Azeredo family in the government of the Captainship of the Espírito Santo. Among the various political positions occupied by the members of this family is that of chief captain. Thus, on several occasions the "Azeredo" were at the head of the captaincy, since in the absence of the

¹ Licenciado pleno em história pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Faculdade de Pedagogia de Afonso Cláudio. Mestrando em História pelo PPGHIS-UFES (Programa de Pós-Graduação em História das Relações Sociais e Políticas) e membro da LACES-UFES (Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Transatlânticas). Tema do projeto de dissertação: “A gente da terra”: relações de poder na Capitania do Espírito Santo (séc. XVI-XVII), sob orientação do Prof. Dr. Luiz Cláudio M. Ribeiro. E-mail: wandersonphn@hotmail.com.

grantee, the responsibility of the governance falls on the captain-mor. The captaincy of the Espírito Santo will be studied from a corporate, pluricontinental and synodal perspective of the Portuguese monarchy. Our analysis will be based on previous research on the captaincy of Espírito Santo, studies on other portions of Lusitanian America and the analysis of sources.

Keywords: Captainship of Espírito Santo; Portuguese monarchy; Government networks; Family Azeredo.

INTRODUÇÃO

Das famílias que estiveram no Espírito Santo durante os séculos XVI e XVII, a historiografia tem destacado o papel da “família Coutinho”, de onde descende uma linhagem de donatários da Capitania, começando por Vasco Fernandes Coutinho que recebeu a Carta de Doação e o Foral das mãos de D. João III, como mercê pelos serviços prestados à Coroa nas batalhas de conquista tanto na África como na Ásia (COSTA, 2004); da “família Azevedo”²; e da “família Azeredo”, também conhecida como Azeredo Coutinho, tendo em vista que Marcos de Azeredo, por volta de 1589, casou-se com a irmã de Vasco Fernandes Coutinho Filho. (SALVADOR, 1994, p. 97-99)³

Nosso trabalho se baseia na hipótese que de forma semelhante ao que ocorreu no Rio de Janeiro e em outras regiões do Império Português, as famílias fidalgas que foram beneficiadas pelo sistema de mercês ou que tiveram alguma participação na consolidação da conquista, acabaram se tornando na Capitania do Espírito Santo, a princípio, *as melhores famílias da terra*, e como tal receberam privilégios como postos e cargos na Capitania, que lhes permitiram prestígio e hegemonia na câmara e assim expandir os seus negócios e aumentar suas riquezas. “Essas situações ocorrem porque as elites buscam construir laços por meio do parentesco, fortalecendo seu campo de influência social e econômica, e, concomitantemente, galgam posições políticas também nas esferas do poder”. (SIMONATO, 2017, p. 31)

² As famílias “Azeredo” e “Azevedo”, ambas de origem lusitana, são contemporâneas e os seus membros conjugaram-se através de casamentos.

O nosso estudo acerca da Capitania do Espírito Santo nas duas primeiras centúrias será feito a partir de uma perspectiva pluricontinental, corporativa e sinodal da monarquia portuguesa. O conceito clássico de Absolutismo não pode ser empregado ao Império Lusitano, sobretudo no que concerne ao século XVI até meados do século XVII. No período estudado a monarquia portuguesa assume, segundo Hespanha (1994), uma característica corporativa, ou seja, o rei é a cabeça de um grande corpo e cada uma das estruturas administrativas do reino (como as câmaras, por exemplo) são membros desse corpo. Cabe ao rei respeitar e fazer cumprir os limites de cada esfera do poder. A monarquia portuguesa, além de corporativa, também era pluricontinental, segundo Fragoso (2001) “caracterizada pela presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas” e sinodal, de acordo com Cosentino (2015) “um dos vértices do processo político do reino luso, que tinha nas decisões colegiadas tomadas em conselhos diversos, muitas vezes, mistos, o mecanismo essencial do seu processo decisório [...] Essa dinâmica colegiada era um procedimento tão arraigado na vida política portuguesa que se estendeu para as conquistas ultramarinas e, em várias situações e com formas diversas.”

Nessa perspectiva, entendemos que as elites coloniais locais procuravam criar “redes de sociabilidade” de forma a se beneficiarem mutuamente e assim alcançar posições políticas e econômicas de destaque dentro da capitania, reservando para si os cargos mais importantes da Câmara, por exemplo, e aumentando o seu prestígio pessoal e suas fortunas, a partir daquilo que a historiografia vem chamando de “economia do bem comum”. Uma das formas mais utilizadas foram as alianças formadas a partir dos casamentos entre membros da elite. No caso da capitania do Espírito Santo, sobretudo entre as famílias Azeredo e Coutinho.

Assim, nosso trabalho discorrerá sobre a atuação de Belchior de Azeredo (tio de Marcos de Azeredo) na Capitania do Espírito Santo no século XVI, pois, além da atuação dos seus membros, sua família parece ter sido muito importante até meados do século XVII, esse personagem inaugurou esse período de hegemonia. Dentre os cargos ocupados pela família “Azeredo” está o de capitão-mor; sabemos que a transferência do comando da capitania para os capitães mores, conforme ocorreu no Espírito Santo, era prática comum. (RIBEIRO, 2012, p. 173), por isso, a família Azeredo esteve à frente da governança da capitania por longos períodos. O objetivo do nosso trabalho será analisar as relações de poder estabelecidas na Capitania do Espírito Santo na primeira centúria.

UMA RELAÇÃO CONFLITUOSA

Existia um clima de inimizades entre o capitão Vasco Fernandes Coutinho e a Câmara de Vitória. A causa principal do conflito seria uma discussão a respeito da jurisdição sobre o sertão (SANTOS, 2014, p. 47-48). De um lado, os moradores e a Câmara exigiam a prerrogativa de explorar o sertão, incluindo a mão-de-obra indígena, do outro, o donatário tentava inutilmente fazer valer as suas prerrogativas de administrador da terra. Embora, segundo o testemunho do padre Francisco Pires, o donatário tentasse uma conciliação com a Câmara, o problema não era dirimido (SANTOS, 2014, p. 49).

Assim, tanto a Câmara de Vitória como Vasco Fernandes Coutinho decidiram recorrer ao governador-geral Mem de Sá em busca de uma solução para o conflito. A princípio, Vasco Fernandes Coutinho solicita ajuda no combate aos índios hostis, resultando na morte de várias pessoas, dentre elas a do capitão-mor Bernaldo Sanches de La Pimenta e a de Fernão de Sá, filho do governador-geral Mem de Sá. Por ocasião da morte de Fernão de Sá, em carta de 22 de maio de 1558 (LEAL, 1978, p. 23-24) Vasco Fernandes Coutinho escreveu:

[...] por sua industria e ajuda depoiz de Deus pode dizer que salvou aquella gente do muyto risco e peryquo em que estávamos e ganhou aquella terra ainda que lhe custasse tanto e depois dele eu fui o mufino em nella custar tãoto não se pode nistto falar por que he cousa tão fora destilo e de rezão o por parte succedeo tamanho mao que se não podeyra falar [...]

E, depois, numa tentativa frustrada de reconciliar-se com a Câmara. Conforme se lê em correspondência enviada a Mem de Sá: “(...) *peso a V. S. que me proveja com justiça de all gumas desordens que la ha entre nos e que hos moradores tem contra mim por onde se tem causado muitos odios e muitos desmandos entre elles (...)*”. (LEAL, 1978, p. 24)

Conforme podemos ler abaixo na mesma carta, ele encontrava-se doente e aleijado. Esses problemas de saúde teriam sido fundamentais para a decisão de Vasco Fernandes Coutinho de renunciar ao poder da Capitania em favor de seus herdeiros.

[...] e fora eu asy doente e aleinjado como estava me embarquey ao vir visitar e beijar as mãos com o mao tempo e ma vyda do barquo já quoando aquy cheguei foy dita chegar vyvo da maneira que vim pela qual rezão e my nha

doença não vou loguo fallo sy se nosso senhor me der ajuda e hum pyquo de saude pera isso pera lhe dar conta de mym [...] (LEAL, 1978, p. 23)

A Câmara, por sua vez, numa viagem de Mem de Sá pelas capitâneas do sul do Brasil, solicitou ao governador-geral que Vasco Fernandes Coutinho fosse destituído de seu cargo de donatário e que a Capitania do Espírito Santo fosse tomada pela Coroa, tonando-se assim uma Capitania Régia. Diante do pedido de renúncia de Vasco Fernandes Coutinho e do pedido da Câmara, conforme relatado pelo padre Antônio Vieira: *“os quais todos pediram que ou tomasse a terra por El-Rey ou os levasse dali por não poderem já mais sustentar, e o mesmo requeria Vasco Fernandes Coutinho por suas cartas ao governador”*, Mem de Sá destituiu o antigo capitão-donatário e confirmou para o cargo de capitão-mor da capitania a Belchior de Azeredo:

Mem de Sá, do Conselho de El-Rei Nosso Senhor, Capitão da cidade de Salvador Bahia de Todos os Santos, e Governador Geral em todas as Capitâneas e terras de toda a Costa do Brasil pelo dito Senhor. Faço saber aos Juizes, Vereadores e povo d’esta Capitania do Espirito Santo, que vindo eu correr a costa, Vasco Fernandes Coutinho, Capitão e Governador que era d’ella, a renunciou em Sua Alteza, e eu em nome do dito Senhor a acceitei, e em seu nome faço capitão d’ella a Belchior de Azeredo, Cavalheiro da Casa d’El Rei Nosso Senhor, *por ser elegido pelo povo e mais vozes*, e por confiar d’elle em tudo o que encarregar do serviço de Sua Alteza [...] (LISBOA, 1834, p. 321)

É possível perceber a grande importância da Câmara não só no processo de destituição de Vasco Fernandes Coutinho, mas também sua importância na escolha do novo capitão-mor, pois, segundo os documentos, Belchior de Azeredo teria sido eleito e aclamado pelos moradores e pela Câmara, cabendo a Mem de Sá apenas a confirmação do nome, além do mais, o próprio juramento de Belchior de Azeredo foi proferido para a Câmara não para Mem de Sá (SANTOS, 2014, p. 50-52) formando uma verdadeira aliança entre a Câmara de Vitória e o capitão-mor Belchior de Azeredo. (SANTOS, 2014, p. 73). Dessa forma, assistimos a partir das batalhas da bacia do Cricaré a formação paulatina de um grupo que assume o poder, liderado por Belchior de Azeredo. (RIBEIRO, 2012, p. 196):

[...] e a mim [Mem de Sá] me parece seu serviço, e elle haverá juramento em Camara, para que seja mettido de posse do dito cargo, sobre os Santos

Evangelhos, que bem e verdadeiramente servirá o dito cargo, guardando em tudo o Serviço de Deus e de Sua Alteza, o direito das partes, de que fará assento nas costas d'esta, e será registrado no livro da dita Camara, onde se fará outro do termo do dito juramento, que o dito Belchior de Azeredo assignará. (LISBOA, 1834, p. 322)

A prerrogativa da Câmara de escolher o nome do capitão-mor da Capitania nos mostra o quanto o conceito de absolutismo não serve para pensarmos a monarquia portuguesa nos séculos XVI e XVII. Trata-se de uma época onde as periferias do poder detêm prerrogativas que não competem ao poder régio. A própria existência de documentos normativos como a carta de doação e o foral, em que constam direitos e deveres do donatário, já nos dão uma pista para entendermos que existiam limites ao poder monárquico. Por isso, reforçamos esse caráter corporativo e sinodal da monarquia pluricontinental portuguesa.

FAMÍLIAS E RELAÇÕES DE PODER

No século XVI o Brasil não era o destino preferido pelos fidalgos portugueses, por isso, muitos cargos de nomeação real permaneciam vagos. Além disso, os seus ocupantes eram constantemente expostos à morte seja por doenças, combates ou velhice. Por isso, as funções públicas na capitania durante o governo do primeiro donatário foram entregues aos próprios moradores. (RIBEIRO, 2012, p. 178). “Consideramos que durante o processo sucessório da Capitania, o controle político esteve nas mãos das famílias abastadas que ali viviam e conformavam uma nobreza da terra no Novo Mundo”. (SIMONATO, 2017, p. 67).

Os “Azeredo” formavam uma das mais importantes famílias da Capitania do Espírito Santo entre os séculos XVI até meados do século XVII. Buscamos entender de que forma essa gente conseguiu, a partir de Belchior de Azeredo, se estabelecer no Espírito Santo e alcançar destaque político e econômico naquela época. De acordo com SIMONATO (2017, p. 30) “O uso do nome próprio como fio condutor é um importante instrumento para captar, por meio da história de vida, as relações que o indivíduo mantém com outras pessoas.”

A família Azeredo pertencia a uma família de linhagem cristã-nova (SALVADOR, 1994, p. 26). Como se sabe os cristãos-novos eram sobretudo judeus que perseguidos pelas monarquias

católicas de Espanha e Portugal acabaram se convertendo (ainda que falsamente) ao catolicismo. (SIQUEIRA, 1998, p. 85). Muitos desses grupos já tinham uma larga experiência no comércio e migraram para as terras inóspitas brasileiras em busca de novas oportunidades, inclusive para o Espírito Santo.

A história das famílias Azeredo, Azevedo e Coutinho se confundem, pois, laços de casamento foram firmados entre esses três núcleos familiares. De fato, o casamento com famílias tradicionais da *nobreza da terra* era uma tática utilizada pelas elites para consolidarem sua hegemonia. Tais laços permitiam a formação de redes de poder onde cargos e serventias de ofício podiam ser monopolizados pelo grupo. Além disso, tais cargos e serventias podiam ser usados para atrair novos aliados ou promover a paz com os adversários. (FRAGOSO et al., 2000, p. 73).

Na opinião de SIMONATO (2017, pp. 127-128) os enlaces matrimoniais entre as famílias Azeredo e Coutinho, foram resultantes de um acordo entre as duas nobrezas emergentes da terra. Essas alianças foram forjadas na luta pelo controle do poder político e de governança. A configuração dessas redes clientelares resultou na composição de uma nobreza da terra que procurou, a partir dos laços de parentesco, fortalecer seus interesses políticos e econômicos dentro da capitania. As famílias Azeredo e Coutinho se conjugaram a partir dos laços de casamento e assim conseguiram uma grande hegemonia na capitania naquela época, tornando-se uma nobreza da terra que estaria à frente das decisões políticas durante os dois primeiros séculos. Porém, casamentos também foram realizados com famílias de outras capitanias do Brasil, estabelecendo uma rede de vínculos e solidariedade que se estendiam além do Espírito Santo. (SALVADOR, 1994, p. 124)

O prestígio que essa família gozou na capitania deve muito a atuação do capitão-mor Belchior de Azeredo que, além de ser aclamado herói pela sua atuação na expulsão de franceses e tamoios da Baía de Guanabara, também combateu os franceses que tentaram invadir a vila quatro vezes (1551, 1558, 1561 e 1567), em sua maioria com milícias formadas por índios aldeados que ele ajudara a “descer” das florestas⁴. Dessa forma, o prestígio conferido à família Azeredo pode ser

⁴ Belchior de Azeredo e os índios aldeados de Gato Grande e Araribóia também combateram investidas de tribos indígenas hostis contra a capitania. Um exemplo foi o ataque dos aimorés na porção norte da capitania. (SIMONATO, 2017, p. 62).

explicado pelo fortalecimento da defesa militar e pela boa relação que tinha com os membros da Companhia de Jesus. (RIBEIRO, 2012, p. 186).

Podemos perceber ainda a capacidade das melhores famílias da terra de criar redes de poder sustentadas pelas pessoas de menor qualidade – índios e escravos – na sociedade colonial. Tal afirmação pode ser demonstrada, por exemplo, pela capacidade que essas elites tinham de comandar verdadeiros exércitos particulares de índios e escravos. Apenas a violência não seria suficiente para submeter pessoas que numericamente eram superiores aos colonos, por isso, acreditamos numa rede de reciprocidade existente entre os diferentes estamentos da sociedade. (FRAGOSO, 2001, pág. 26-27). Belchior de Azeredo inclusive estaria entre os fidalgos da terra que estariam a frente de seus próprios aldeamentos indígenas. (RIBEIRO, 2012, p. 187).

A partir de Miguel de Azeredo os negócios da família parecem estar bem consolidados, gozando de vários direitos, tais como os de montar engenhos de açúcar e construir e manter trapiches (cais de embarque e armazéns). Dessa forma, o período em que a família Azeredo ocupou o governo interino da capitania do Espírito Santo coincidiu com o momento de expansão de seus negócios associados a empresa açucareira e à ocupação dos cargos régios por um grupo de senhores de engenho e comerciantes composto pelos “Azeredo” (principalmente Miguel e Marcos de Azeredo), dentre outras pessoas. (RIBEIRO, 2012, p. 190). Em 30 de setembro de 1583, por exemplo, foi erigido o engenho da Evocação à Trindade de propriedade de Miguel de Azeredo. (SIMONATO, 2017, p. 65).

O nome da família Azeredo também esteve envolvido numa devassa que aconteceu em 1615. O provedor Marcos de Azeredo receberia dinheiro em empréstimos para deixar as cargas serem descarregadas diretamente nos trapiches particulares, escapando do fisco. A partir de Francisco de Aguiar Coutinho, os irmãos Azeredo não ocupam mais o cargo de capitão-mor, embora ocupem o controle da Provedoria. (RIBEIRO, 2012, p. 186). Sabemos também que no governo de Francisco de Aguiar Coutinho houve uma intensificação da exploração do sertão tanto no que concerne ao “descimento” de indígenas como na busca de metais e pedrarias preciosas, cujo comando estaria nas mãos de figuras proeminentes da região, dentre elas os Azeredo. (RIBEIRO, 2012, p. 193-194).

BELCHIOR DE AZEREDO

Belchior de Azeredo era filho de João Álvares de Azeredo. Baltazar de Azeredo, seu tio, foi o primeiro membro da família a ocupar um cargo dentro da capitania como provedor da fazenda. Belchior de Azeredo, por sua vez, antes de ser aclamado pela Câmara como capitão-mor em 1561, ocupava desde 1550 os cargos de escrivão, provedor, feitor, almoxarife e alfândega. (SANTOS, 2014, p. 77).

De acordo com os relatos da época, o capitão-mor Belchior de Azeredo ao lado de Estácio de Sá (sobrinho do governador-geral Mem de Sá), ajudou de maneira heroica no combate aos franceses que tinham invadido Guanabara. Seu heroísmo e bravura teriam sido de importância cabal para a vitória dos luso-brasileiros e a expulsão dos franceses das terras onde posteriormente seria fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, depois capital do Brasil. Belchior de Azeredo, “funcionário, homem de justiça, e administrador, portou-se à altura dos grandes capitães que a colônia conheceu”. (OLIVEIRA, 2008, p. 110)

Em 1566 Belchior de Azeredo torna-se capitão do navio São Jorge e em todas as guerras que participou conseguiu grandes vitórias sobre os índios e os franceses, se distinguindo pelo seu valor de guerreiro. (SIMONATO, 2017, p. 63):

Por outra provisão de 3 de abril de 1566 [Mem de Sá] declarou prover ao mesmo Belchior, que foi Capitão da Capitania do Espírito Santo, Cavalleiro da Casa de El-Rei, Provedor da Fazenda do dito, em Capitão do Navio S. Jorge, que trazia em sua companhia. Nas guerras do Rio se distinguiu muito pelo valor, intrepidez, acerto e bom senso, alcançando muitas victorias sobre os indigenas e Francezes. (LISBOA, 1834, p. 225[sic])⁵

Provavelmente, o episódio da expulsão dos franceses no Rio de Janeiro contribuiu para o aumento do prestígio de Belchior de Azeredo junto a Câmara e ao governador-geral Estácio de Sá. Embora ainda não tenhamos certeza, o fato é que após Belchior de Azeredo vários membros de sua família continuaram ocupando cargos importantes na capitania, dentre eles o seu sobrinho Miguel de Azeredo que, após a morte de Vasco Fernandes Coutinho filho (que

⁵ Errata: Onde lê-se o número de página “225”, leia-se “325”.

embora bastardo herdou a capitania do seu pai) foi escolhido⁶ pela viúva D. Luísa Grimaldi para ser o novo capitão-mor do Espírito Santo, com o apoio dos “principais da terra”. (SANTOS, 2014, p. 76).

Graças aos serviços prestados por Belchior de Azeredo, ele recebeu a mercê de tornar-se Cavalleiro Fidalgo, conforme podemos ler a seguir:

[...] que tendo respeito aos serviços de Belchior de Azeredo, morador da Capitania do Espírito Santo das partes do Brasil, hei por bem fazer-lhe mercê de o tomar por Cavalleiro Fidalgo com oitocentos réis de moradia por mez, e um alqueire de cevada por dia, pago, segundo a ordenação, quando tivesse cavalo. Foi provedor da Fazenda Real, e dos defuntos e ausentes, e confirmado pelo Rei em 1565. (LISBOA, 1834, p. 321).

Além da boa relação que Belchior de Azeredo mantinha com o governador-geral Mem de Sá, com os moradores e os homens-bons da câmara, os padres jesuítas também o consideravam:

peessoa mui nobre e pera este officio [capitão] mui suficiente, assy por sua virtude e saber como por ter elle animo pera sojeitar estes Indios e reseedir aos grandes combates dos Franceses [...] Todos os seus negócios e cousas de consciência comunica sempre com o P.e Brás Lourenço, a quem elle tem muito credito, e obediencia in *Domino*, e hé muito nosso familiar, e nos manda comumente ajudar com suas esmolos. (Cartas, III, 465 *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 101)

Podemos perceber que os jesuítas estavam de acordo com a “eleição” de Belchior de Azeredo para o cargo de capitão-mor da capitania. A carta elenca ainda algumas virtudes e piedades cristãs presentes em Belchior de Azeredo, dentre elas a obediência e a caridade, além de ser um homem que comunica ao padre Brás Lourenço em tudo que envolve os seus negócios e sua consciência. O documento destaca ainda a capacidade militar de Belchior de Azeredo de sujeitar os índios e combater os franceses.

⁶ Não estamos certos de que Luísa Grimaldi tinha poder de escolher uma autoridade. Acreditamos que a escolha, assim como no caso de Belchior de Azeredo, partiu da Câmara e do governador-geral.

Conforme dito anteriormente, a família Azeredo descendia de uma linhagem cristã-nova. Seria esse documento (com todas as referências que faz a Belchior de Azeredo, sobretudo no que diz respeito a obediência, a caridade e a influência do padre Brás Lourenço nos assuntos da consciência) uma espécie de comprovação de uma conversão verdadeira, o que lhe garantiria uma maior aceitação junto ao governador-geral Mem de Sá ou até mesmo junto a Coroa? Embora pelo menos a princípio não tenhamos (provavelmente nunca) uma resposta definitiva a essa pergunta o fato é que os cristãos-novos eram, de maneira geral, mais bem aceitos e acolhidos pelas ordens jesuíticas. (SIQUEIRA, 1998, p. 88-89).

Devido as misturas e mesclas culturais existentes no mundo colonial, os estatutos de pureza de sangue deram lugar ao *status* fronteiriço, ou seja, apesar de todas as determinações contrárias, muitas pessoas conseguiram no Espírito Santo alcançar o *status* de nobreza e utilizar-se dos bons serviços prestados para conseguirem o controle do poder local e o acúmulo de riquezas, embora fossem cristãos-novos, mestiços, filhos ilegítimos ou, ainda, pessoas que trabalhavam com funções mecânicas. Assim, famílias de origem cristã-nova como a Azeredo exerceram um papel importante em atividades indispensáveis para a sobrevivência da capitania, principalmente na empresa açucareira, ajudando a garantir o sucesso da colônia e a conexão da capitania à economia do império. (SIMONATO, 2017, p. 133).

Mesmo após Vasco Fernandes Coutinho (Filho) assumir o cargo de capitão-donatário após 1571, Belchior de Azeredo continuou presente no dia-a-dia da capitania, ajudando com as próprias mãos nas edificações jesuíticas e participando de entradas no sertão da capitania em busca de possíveis riquezas minerais e no apresamento e “descimento” de índios. (SANTOS, 2014, p. 74). O governo interino de Belchior de Azeredo parece ter sido muito importante, porque além de conseguir, juntamente com os jesuítas, reunir uma força militar composta em sua maioria por índios aldeados para combater os franceses e tamoios na Baía de Guanabara, a capitania foi transferida a Vasco Fernandes Coutinho Filho mais organizada do ponto de vista socioeconômico. (RIBEIRO, 2012, p. 184).

A historiografia desconhece o ano da morte de Belchior de Azeredo. Porém, sabemos que Vasco Fernandes Coutinho Filho faleceu em 1589. Miguel de Azeredo, sobrinho de Belchior de Azeredo, é escolhido para o cargo de capitão-mor, assinalando a hegemonia da família Azeredo na capitania desde a suposta morte de Vasco Fernandes Coutinho (1561) até meados de 1615. (RIBEIRO, 2012, p. 186).

Todavia, apesar de uma diminuição da influência da família Azeredo na capitania a partir de meados do século XVII, deve ficar claro que essa família não caiu no esquecimento, nem perdeu completamente o seu poder. Em carta enviada ao rei D. João IV, Antônio e Domingos de Azeredo Coutinho agradecem ao rei pela honra e a mercê concedida ao seu pai Marcos de Azeredo pelo roteiro que os levaria à Serra das Esmeraldas. Ressaltam ainda que empreenderiam uma nova entrada ao sertão para tentarem encontrar as minas de esmeraldas e que tal empreendimento seria de muita serventia para o império. Através disso podemos perceber a tentativa dos irmãos Azeredo, seguindo uma tradição da monarquia portuguesa transplantada para o novo mundo, de tentar convencer o rei de que estavam realizando serviços em prol da Coroa. Dessa forma, através da carta, os irmãos solicitavam ao monarca o reconhecimento por um legado imaterial que seu pai deixara aos moradores da Capitania do Espírito Santo, ou seja, sua família havia desempenhado um papel importante na conquista do território, por isso, eles seriam integrantes de uma chamada nobreza da terra. (SIMONATO, 2017, p. 121-122).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei demonstrar que a velha dicotomia *metrópole x colônia* não nos fornecem o arcabouço necessário para explicar a dinâmica do império português. Portugal não reúne nos séculos XVI e XVII elementos que nos permitam classificá-lo como uma monarquia absolutista, pelo contrário, o entendimento que temos é que a monarquia portuguesa se tratava de um império pluricontinental (presente nos quatro cantos do mundo), corporativo (a Coroa era a cabeça de um corpo jurídico-administrativo) e sinodal (decisões colegiadas tomadas em diversos conselhos). Dessa forma, os poderes locais constituídos, como a Câmara, por exemplo, exerciam um papel preponderante na administração colonial.

Analisamos o papel da Câmara de Vitória na destituição de Vasco Fernandes Coutinho (o primeiro donatário), mas principalmente na aclamação de um novo capitão-mor que foi Belchior de Azeredo, mostrando que desde o século XVI o Espírito Santo conta com uma câmara atuante e influente o suficiente para pressionar a renúncia do donatário e influenciar na escolha do capitão-mor.

Por fim, destacamos o papel da família Azeredo dentro da capitania do Espírito Santo que, embora fossem cristãos-novos, conseguiram se estabelecer e alcançar grande prestígio tanto entre os moradores e a Câmara, como com a Companhia de Jesus. Entendemos que a hegemonia da família Azeredo na capitania do Espírito Santo se inicia com o capitão-mor Belchior de Azeredo que é descrito por documentos civis e religiosos como um grande herói de guerra, tanto no combate aos franceses como no combate às tribos indígenas hostis.

REFERÊNCIAS

- COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. **Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681**. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 515-543, Dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X016031007>>. Acesso em: 09 out. 2017.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. Vasco Fernandes Coutinho, Construtor do Estado da Índia e do Brasil. In: Idem. **D. João III e a Formação do Brasil**. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesas. Universidade Católica Portuguesa, 2004.
- CUNHA, Mafalda Soares da. A Europa que atravessa o Atlântico (1500-1625). In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima, **O Brasil colonial**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da Materialidade e da Governabilidade do Império**. Revista Penélope, Lisboa, nº 23, 67-88, 2000.
- FRAGOSO, João. **A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império Português (séc. XVI e XVII)**. Revista Dimensões. v 13. Pág. 14-27, 2001.
- FRAGOSO, João. **A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda &

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João. **A nobreza vive em bandos**: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. Tempo, Rio de Janeiro, n. ° 15, p. 11-35. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg15-2.pdf> Acesso em: 09 ago. 2017.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Secretaria de Estado da Educação, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Modos de ver (1534-1643): o governo do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel & RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória: Secult, 2012.

SALVADOR, José Gonçalves de. **A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700)**: a presença dos cristãos-novos. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES / Departamento Estadual de Cultura, 1994.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **História da Câmara Municipal de Vitória**: os atos e as atas. Vitória, ES: Câmara Municipal de Vitória, 2014.

SIMONATO, Juliana Sabino. **A Capitania do Espírito Santo sob a égide dos Filipes**: escravidão, comércio de escravos e dinâmicas de mestiçagens (1580-1640). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2017.

SIQUEIRA, Sonia. **O poder da inquisição e a inquisição como poder**. Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, n.º 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/09%20Sonia%20Siqueira.pdf>>. Acesso em 16 ago. 2017.

FONTES

LEAL, João Eurípedes Franklin. **Carta de Vasco Fernandes Coutinho ao Governador Geral do Brasil de Ilhéus, em 22 de maio de 1558.** Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa, Portugal. Corpo Cronológico: Parte 1, Maço 102, número 96. In: Espírito Santo: Documentos Coloniais – Série Documentos Capixabas, Vol. 1. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, 1978.

LISBOA, Balthazar da Silva. Das pessoas distintas que ajudarão a fundação e edificação do Rio de Janeiro. In: Idem. **Annaes do Rio de Janeiro.** Tomo I. Rio de Janeiro, 1834. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=h7EYAAAAYAAJ&pg=PA521&lpg=PA521&dq=belchior+de+azeredo&source=bl&ots=BzdoD86fP1&sig=HgBipf8W7Cz_vgpUegXDoiEF3_k&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjgqvO9pe7WAhXIk5AKHbrqDOEQ6AEIWzAN. Acesso em: 16 ago. 2017.